

27. PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE PODERES PARA A COBRANÇA COERCIVA DAS DÍVIDAS PROVENIENTES DE TAXAS E TARIFAS DEVIDAS PELA UTILIZAÇÃO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA, ATRAVÉS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL, NOS TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M.:

Da Sra. Vereadora Dra. Olga Pereira submetendo à Consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal proposta de delegação de competências e poderes de autoridade necessários para a realização da cobrança coerciva das dívidas proveniente de taxas e tarifas devidas pela utilização de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, através do processo de execução fiscal, no Presidente do Conselho de Administração dos Transportes Urbanos de Braga, E.M., com a faculdade de subdelegação num dos vogais do órgão de administração da referida empresa municipal, nos termos e com os fundamentos constantes da mencionada proposta que se anexa.

Proposta de delegação de poderes para cobrança coerciva das dívidas provenientes de taxas e tarifas devidas pela utilização de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, através do processo de execução fiscal, na empresa municipal de mobilidade, Transportes Urbanos de Braga, E.M.

Considerando que:

1. A utilização de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada encontra-se sujeita ao pagamento de taxas (artigo D-1/21.º do Código Regulamentar do Município de Braga).
2. Nos termos do disposto na legislação aplicável, a fixação da taxa de utilização tem como critério e fundamento, a racionalização do estacionamento público nas zonas delimitadas, e visa onerar esse mesmo estacionamento, de forma a desincentivar o estacionamento de longa duração, garantindo-se, desta forma, uma maior rotatividade na ocupação de lugares (artigo D-1/22.º n.º 1 do Código Regulamentar do Município de Braga).
3. A taxa é fixada por uma relação entre o valor pago e o tempo de estacionamento permitido (artigo D-1/22.º n.º 2 do Código Regulamentar do Município de Braga).
4. Verificando-se o estacionamento de veículos nas zonas de estacionamento tarifado sem que tenha havido o pagamento das taxas respetivas, os agentes responsáveis pela monitorização e fiscalização das mesmas zonas, emitem um aviso de liquidação, o qual deverá ser pago no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.
5. Após o decurso do referido prazo considerar-se-á que o veículo se encontra em infração, o que levará à emissão do correspondente auto de contraordenação.
6. Para proceder à cobrança da taxa é necessário levar a cabo a identificação e notificação do proprietário de veículo, de modo a convidá-lo a realizar o pagamento voluntário.
7. Caso o mesmo não proceda ao pagamento voluntário da taxa devida, é necessário iniciar o processo de cobrança coerciva, que será de execução fiscal.
8. A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que estabelece o Regime Geral Das Taxas Das Autarquias Locais, dispõe no seu artigo 3.º que “as taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei.”
9. A alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do aludido diploma prevê que “as taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios, designadamente pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;”
10. O artigo 12.º n.º 2 da citada Lei estabelece que “as dívidas que não forem pagas voluntariamente são objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.”
11. O Processo de Execução Fiscal encontra-se regulado no Título IV - artigos 148.º a 293.º - do Código de Procedimento e Processo Tributário, doravante CPPT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro.
12. O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, que aprova o CPPT, determina quanto aos tributos administrados pelas autarquias locais que:
“1 - As competências atribuídas no código aprovado pelo presente decreto-lei a órgãos periféricos locais ou, no que respeita às competências de execução

fiscal, a órgãos periféricos regionais, são exercidas pelas autarquias quanto aos tributos por elas administrados.

2 - As competências atribuídas no código aprovado pelo presente decreto-lei ao dirigente máximo do serviço ou a órgãos executivos da administração tributária serão exercidas, nos termos da lei, pelo presidente da autarquia.

3 - As competências atribuídas pelo código aprovado pelo presente decreto-lei ao representante da Fazenda Pública serão exercidas, nos termos da lei, por licenciado em Direito ou em Solicitadoria desempenhando funções de mero apoio jurídico.

4 - A competência para cobrança coerciva de impostos e outros tributos administrados por autarquias locais pode ser atribuída à administração tributária mediante protocolo, ou a agentes de execução mediante protocolo com a Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução.

5 - A competência para cobrança coerciva de tributos administrados pelas freguesias pode ser atribuída aos municípios a cuja área pertençam mediante protocolo.

6 - A realização de penhoras é precedida das diligências que a autarquia considere úteis à identificação ou localização de bens penhoráveis, procedendo esta, sempre que necessário, à consulta, nas bases de dados da administração tributária, de informação sobre a identificação do executado e sobre a identificação e a localização dos bens do executado.

7 - A informação sobre a identificação do executado referida no número anterior apenas inclui o domicílio fiscal, mediante indicação à Autoridade Tributária e Aduaneira do número de identificação fiscal.

8 - A consulta direta pelo município às bases de dados referidas no n.º 6 é efetuada em termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais.

9 - A regulamentação referida no número anterior deve especificar, em relação a cada consulta, a obtenção e a conservação dos dados referentes à data da consulta e à identificação do respetivo processo executivo e dos trabalhadores e titulares de órgãos municipais que tenham acesso a informação transmitida pela AT.

10 - Quando não seja possível o acesso eletrónico, pelo município, aos elementos sobre a identificação e a localização dos bens do executado, a AT deve fornecê-los pelo meio mais célere e no prazo de 30 dias."

13. De acordo com artigo D-1/24.º nº 4 do Código Regulamentar do Município de Braga "no caso de delegação da gestão e exploração das zonas de estacionamento de duração limitada, numa empresa municipal, as taxas constituirão receita da empresa, sendo esta responsável pela sua cobrança."
14. As taxas por pagar são, portanto, dívidas à TUB, EM, sendo esta entidade responsável pela sua cobrança.
15. Para o efeito, carece a empresa municipal de poderes de autoridade para levar a cabo a instauração e tramitação do processo de natureza coerciva, nos termos do CPPT, bem como para proceder à celebração de Protocolos com a Administração Tributária nos

termos previstos no n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro supracitado.

16. Carece ainda de alteração estatutária em conformidade.
17. A título comparativo, já ocorreu no passado, uma delegação de poderes para cobrança coerciva de taxas, nos termos do CPPT.
18. O artigo 17.º n.º 2 alínea g) dos Estatutos da AGERE-E.M., prevê uma delegação de poderes de autoridade no Conselho de Administração da AGERE "para proceder à cobrança coerciva das dívidas à Empresa provenientes de preços, taxas e tarifas, aplicando para tanto o Código do Processo Tributário, com as necessárias adaptações."
19. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, "as entidades públicas participantes podem delegar poderes nas empresas locais, desde que esta faculdade conste expressamente na deliberação que determinou a sua constituição e nos respetivos estatutos."
20. O Município de Braga poderá delegar na TUB, EM, sob a condição enunciada de realização da necessária alteração estatutária, as competências e poderes de autoridade as competências e poderes de autoridade necessários para a realização da cobrança coerciva das dívidas proveniente de taxas e tarifas, devidas pela utilização de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, através do processo de execução fiscal.

EM CONFORMIDADE,

Propõe-se que o Câmara Municipal de Braga delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências e poderes de autoridade necessários para a realização da cobrança coerciva das dívidas proveniente de taxas e tarifas devidas pela utilização de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, através do processo de execução fiscal, no Presidente do Conselho de Administração dos Transportes Urbanos de Braga, E.M., com a faculdade de subdelegação num dos vogais do órgão de administração da aludida empresa municipal.

A Vereadora,

